

PAPEL DO INTÉRPRETE NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA

Ana Celma Souza Santos¹

André Ricardo da Luz Almeida²

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar, a partir do trabalho do intérprete, o processo de inclusão dos deficientes auditivos nas aulas de Educação Física em escolas da rede pública de ensino de Santo Antônio de Jesus-BA. Para tanto, essa pesquisa se constitui como um estudo de caso, de abordagem qualitativa e de caráter descritivo. O espaço da pesquisa foi constituído por duas escolas da rede pública de ensino de Santo Antônio de Jesus-BA, sendo uma municipal e uma estadual e o responsável pela sala multidisciplinar da rede municipal de ensino. Os sujeitos do estudo são constituídos por dois professores de Educação Física que ministram aulas para alunos com deficiência auditiva, dois intérpretes, quatro alunos surdos sendo dois de cada escola, a família destes alunos e ao responsável pela sala multidisciplinar. Pode-se concluir que a presença do intérprete na sala de aula é benéfica para o convívio do aluno com os colegas e professores, mas para a inclusão ser completa, ainda necessita-se de muitas mudanças nas unidades escolares e na preparação dos professores para receber estes alunos.

Palavras-Chave: Inclusão; Deficiência Auditiva; Intérprete; Educação Física.

ABSTRACT

This research aims to analyze, from the interpreter work, the process of inclusion of deaf students in the Physical Education classes in the public school in Santo Antonio de Jesus-BA. In doing so, this research is a case study in a qualitative perspective of a descriptive feature. The place of the research was constituted for two public schools in Santo Antonio de Jesus-BA, a municipal and a state one and the responsible for the multidisciplinary classroom in the municipal schools. The subjects of the study are constituted by two Physical Education teachers teach hearing impaired students, two interpreters, four deaf students - two from each school, these students family and the responsible for the multidisciplinary classroom. It was concluded that the presence of the interpreter in the classroom is beneficial to the relationship between the deaf students, their classmates and teachers, but to have a complete inclusion it is still necessary many changes in the schools and in the teacher educations to receive these students.

Keywords: Inclusion; Deafness; Interpreter; Physical Education.

¹ Licenciada em Educação Física. Faculdade Maria Milza (FAMAM/BA).

² Mestre em Ciência da Motricidade Humana (UCB/RJ), Professor da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE – Feira de Santana/BA), Professor da Faculdade Maria Milza (FAMAM/BA) e da Faculdade Nobre (FAN/BA).

1. INTRODUÇÃO

O Brasil tem hoje 5.750.811 indivíduos surdos, dos quais 776.884 estão em idade de escolarização. No entanto, o número de surdos na escola ainda é muito baixo: apenas 69.420, o que representa uma porcentagem de 8,94%, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (BRASIL, 2008). Na cidade de Santo Antônio de Jesus, BA existe um grande número de surdos e uma parte deles já frequenta as escolas regulares por intermédio do Lions Clube, que trabalha com o bilinguismo e com intérpretes que são direcionados a algumas escolas para trabalharem com estes alunos. Mesmo com este avanço no desenvolvimento dos surdos que frequentam esta instituição, ainda não há estudos sobre os mesmos e sua inclusão nas escolas regulares. Denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva (BRASIL, 1997).

A escola inclusiva coloca-se no papel de proporcionar ao aluno com deficiência um programa educacional flexível, que possa oferecer o mesmo conteúdo curricular sem nenhuma perda na qualidade de ensino e na aprendizagem do mesmo. A educação física escolar é um grande elo para que os surdos possam exercitar o convívio com pessoas ouvintes em práticas grupais, podendo assim culminar a inclusão de forma mais natural e divertida, fazendo com que cada aluno pratique seus direitos e deveres de cidadãos, sabedores e conscientes.

Algumas escolas têm buscado uma adaptação não só física, mas também de recursos humanos, trabalhando com profissionais qualificados e treinados para conduzirem estes estudantes a um maior aprimoramento das suas funções como aluno. Além destes profissionais diretos, também são utilizados os intérpretes, que ajudam tanto na compreensão dos conteúdos como na comunicação do mesmo com as pessoas e aprendizado dos sinais de ambas as partes. Neste contexto, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: O trabalho do intérprete proporciona diferenças no processo de inclusão dos deficientes auditivos nas aulas de Educação Física da rede pública de ensino de Santo Antônio de Jesus-BA? Tem como objetivo analisar, a partir do trabalho do intérprete, o processo de inclusão dos deficientes auditivos nas aulas de Educação Física em escolas da rede pública de ensino de Santo Antônio de Jesus-BA.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa se constitui como um estudo de caso que se caracteriza em um estudo denso de um ou poucos objetos, de forma que admita seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2002). Constitui-se, também, numa pesquisa qualitativa, pois trabalha com um universo de significados e um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos (MINAYO, 1994a). É de caráter descritivo que tem por objetivo buscar a resolução de problemas melhorando as práticas por meio da observação, análise e descrições precisas (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2007).

O espaço da pesquisa foi constituído por duas escolas da rede pública de ensino de Santo Antônio de Jesus-BA, sendo uma Municipal e uma Estadual e o setor responsável pela sala multidisciplinar da Rede Municipal de Ensino. Os sujeitos do estudo foram constituídos por dois professores de Educação Física que ministram aulas para alunos com deficiência auditiva, dois intérpretes, quatro alunos surdos sendo dois de cada escola, as famílias destes alunos e o responsável pela sala multidisciplinar. A coleta de dados foi realizada através de questionários, sendo que a categorização adotada foi semântica, por categorias temáticas, de acordo com seus significados, a partir das significações que a mensagem fornece. A coleta de dados se deu após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Maria Milza. Vale ressaltar que os participantes dessa pesquisa foram informados sobre os procedimentos adotados na coleta mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa foi baseada na Resolução 196/96 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 1996).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As percepções dos intérpretes, dos alunos surdos, dos professores de Educação Física, das famílias e do responsável pela sala multidisciplinar das escolas objeto de estudo sobre a inclusão dos deficientes auditivos.

3.1. Intérpretes

O que pode ser visto nas escolas é que as mesmas, em sua maioria, não estão preparadas nem física nem na mentalidade dos professores, funcionários e alunos comuns para receber com qualidade os alunos com deficiência, nem para suprir suas necessidades.

Nesse sentido, Laplane (2004) aponta que a fragilidade das propostas de inclusão, reside no fato de que, frequentemente, o discurso vai contra a realidade educacional brasileira, caracterizada por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadros docentes cuja formação deixa a desejar. Essas condições de existência do sistema educacional põem em questão a própria ideia de inclusão como política que, simplesmente, propõe a inserção dos alunos nos contextos escolares presentes. Assim, o discurso mais corrente da inclusão a circunscreve no âmbito da educação formal, ignorando as relações desta com outras instituições sociais, apagando tensões e contradições nas quais se insere a política inclusiva compreendida de forma mais ampla.

Lacerda (2000) diz que, apesar da relevância desse assunto, ainda há deficiência de material e pessoal especialmente quando o direcionamento é o ensino fundamental. Assim, quando se insere um intérprete de Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) na sala de aula abre-se a possibilidade desse aluno surdo receber o conhecimento escolar em LIBRAS, através de uma pessoa com envergadura nesta língua. Ao mesmo tempo em que o professor ouvinte pode dar suas aulas sem preocupação em como passar a informação em sinais, agindo em sua língua vigente. Na medida em que a condição linguística especial do surdo é respeitada, crescem as oportunidades para que o mesmo amplie e levante novos conhecimentos de maneira satisfatória, em contraponto a uma inclusão escolar sem qualquer cuidado especial. O intérprete está na sala de aula para auxiliar o aluno surdo em todos os âmbitos de sua convivência diária com os professores e seus colegas, além de ajudá-los na apropriação dos assuntos ministrados pelo professor.

3.2. Alunos Surdos

Para o surdo, a mudança de uma escola específica para a escola regular quando feita sem uma preparação pode ocasionar alguns problemas de convivência e/ou aprendizado. De acordo com Góes (1999) os sujeitos surdos, pela defasagem auditiva, enfrentam dificuldades para entrar em contato com a língua do grupo social no qual estão inseridos. Para Nogueira (2000), a Educação Física Adaptada nada mais é do que a adequação de metodologia, adaptação de materiais e técnicas que venham atender as diferenças individuais de cada deficiente. No entanto, essas adequações devem ser baseadas nos tipos e características das deficiências para que possam oportunizar a todos a participação no maior número de atividades possíveis, visando sua melhora em nível motor, afetivo, cognitivo, assim como a

interação e integração com as demais pessoas. A prática de atividade física ajuda o deficiente no desenvolvimento da autoestima, a melhoria da sua autoimagem, o estímulo à independência, a integração com outras pessoas, uma experiência enriquecedora com seu próprio corpo, além de uma oportunidade de testar suas possibilidades, prevenir contra deficiências secundárias e integrar-se consigo mesmo e com a sociedade. (AVIZ, 1998).

Algumas escolas estão despreparadas para receber alunos com deficiência e sem recursos para adaptarem-se a eles, é necessário que o governo e as escolas se unam com projetos e recursos para esta preparação. Para Stainback e Stainback (1999) a escola inclusiva significa aquela que educa todos os alunos em sala de aula regular. Todos os alunos recebem educação e oportunidades educacionais adequadas, que são desafiadoras, porém ajustadas às suas habilidades e necessidades. Ela também é o lugar onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas e outros membros da comunidade escolar para que suas necessidades educacionais sejam superadas. A presença do intérprete na sala de aula traz ao aluno surdo confiança e certeza de que o mesmo será compreendido pelos colegas e que alguém na sala o entende como ele é e a sua fala.

3.3. Professores de Educação Física

Para Glat (1998), se não houver uma modificação estrutural no sistema educacional brasileiro, a inclusão de alunos com deficiência, principalmente os mais prejudicados, nunca será concretizada, logo a noção de inclusão total não é uma proposta e sim uma utopia. É necessária a compreensão de que o professor precisa de assessoramento de pessoas capacitadas e conhecedoras do comportamento dos deficientes para que o mesmo possa tirar suas dúvidas e esteja capacitado para lidar com esses alunos. As escolas têm a obrigação de aceitar alunos com deficiência, mas não recebe a capacitação necessária para que os mesmos sejam integrados da maneira correta. Caputo e Ferreira (1998) afirmam que o princípio da inclusão e integração, sempre apregoado e raramente efetivado, tem figurado nos discursos e nos documentos oficiais mais como um instrumento de retórica que norteador das ações educacionais.

É imprescindível manter uma boa comunicação entre colegas de sala, é necessário que o interprete e os professores tornem-se mediadores desta comunicação e que os próprios alunos aprendam sinais que os ajudarão na mesma. Para Vanbommel (2010) uma das maiores

barreiras entre surdo e ouvintes é a barreira de comunicação estabelecida pela língua e pela cultura. Ouvintes interpretam que a comunicação deve ser dada pela oralidade, para os surdos a comunicação se dá pela imagem, gestos e LIBRAS. Já que a maioria é ouvinte, deveria aprender algumas palavras, frases em língua de sinais para começar a construir a comunicação, pois para os surdos, visto que não possuem capacidade para ouvir, é necessário que os ouvintes devam se esforçar para que não existam barreiras entre alunos com a surdez e/ou dificuldades de audição e alunos sem comprometimentos com a oralidade.

Na busca de solucionar os problemas de comunicação enfrentados pelos alunos surdos, quando de sua inserção no ensino regular, surgem propostas de reconhecimento de que estes necessitam de apoio específico, de forma permanente ou temporária, para alcançar os objetivos finais da educação e, então, devem ser oferecidos, apoios tecnológicos e humanos que contemplem suas possibilidades (VOLTERRA, 1994). Sendo que, destes apoios mencionados, é o intérprete que com sua presença em sala de aula ajuda o aluno na sua adaptação e comunicação. Para que as pessoas com deficiência pudessem ter participação plena e igualdade de oportunidades, seria necessário que não se pensasse em adaptar as pessoas à sociedade e sim a sociedade as pessoas (JÖNSSON, 1994). A família tem um papel muito significativo em mostrar a esta pessoa com deficiência que ela faz parte integral do mundo a sua volta e que sua diferença só a torna mais especial.

3.4. Famílias

A percepção de benefícios/malefícios da inclusão é muito particular e depende da experiência de cada pessoa e também do meio em que ela está convivendo. De acordo com Kelman (2005) para que os alunos surdos possam se favorecer da inclusão em escola regular, com segurança de que eles não fiquem cognitivamente limitados e socialmente isolados, é preciso que sejam feitas adequações tais como: o ensino de LIBRAS por professor/instrutor ou intérprete da Língua de Sinais, melhor formação de professores e funcionários, adaptações metodológicas, curriculares e de material pedagógico e ensino de Língua de Sinais para familiares entre outras medidas.

Para a família é muito difícil a aceitação de que seu filho(a) não é totalmente “normal”, de início é difícil a aceitação, mas eles precisam se preparar para ajudar esta pessoa que passará por muitas e maiores dificuldades e conflitos. Nuñez (1991) relata que a comprovação de uma deficiência de um filho provoca uma situação de crise na família.

Segundo Scotti (1999), a educação deve ser, por princípio, liberal, democrática e não doutrinária. Dentro dessa concepção o educando é, acima de tudo, digno de respeito e do direito à educação de melhor qualidade. O ensino tem que ser de qualidade para todos, e todos têm direito à educação, o governo fala de inclusão, mas não capacita e não prover os materiais necessários para que as escolas realizem um bom trabalho.

É essencial uma boa comunicação e vivência do aluno na escola independente de sua formação biopsicossocial. Mazzota (1996) escreve que a prática da inclusão tem como intenção um modelo no qual cada criança é importante para garantir a riqueza do conjunto, sendo desejável que na classe regular estivessem presentes todos os tipos de aluno, de tal forma que a escola seja criativa no sentido de buscar soluções visando manter os diversos alunos no espaço escolar, levando-os a obtenção de resultados satisfatórios em seu desempenho acadêmico e social.

Para a família, o intérprete tem o papel de mediação na comunicação do aluno surdo com o professor e os colegas e vice-versa. Pois sem ele, a probabilidade de acontecer o que Botelho (1998) e Lacerda (2000), entre outros autores alertam é grande, que é o fato do aluno surdo, frequentemente, não compartilhar uma língua com seus colegas e professores, estando em desigualdade linguística em sala de aula, sem garantia de acesso aos conhecimentos trabalhados, aspectos estes, em geral, não problematizados ou contemplados pelas práticas inclusivas.

3.5. Responsável pela Sala Multifuncional

A discussão sobre a escola regular para alunos com deficiências é grande e o que é mais necessário é observar os resultados de países que trabalham há mais tempo com esta questão, colocá-los como exemplos e não praticar mais os seus erros. Inclusão e participação são primordiais à dignidade humana e aos gozos e exercício dos direitos humanos. Na área da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração das crianças e dos jovens com necessidades educativas é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade (UNESCO, 1994).

Dada essa necessidade, pensou-se em Escola Inclusiva, aberta para todos, e de tal qualidade que possibilite a construção individual de todos os alunos. Com isso, percebe-se uma aproximação nesses dois tipos de ensino, o regular e o especial, portanto, não se pode acabar com um nem com outro sistema de ensino, mas sim juntá-los, unificando num sistema educacional único, partindo do princípio de que todos os seres humanos possuem o mesmo valor e os mesmos direitos, otimizando seus esforços e se utilizando de práticas diferenciadas, sempre que necessário, para que tais direitos sejam garantidos. É isso que significa, na prática, “incluir a educação especial na estrutura de educação para todos”, conforme mencionado na declaração de Salamanca. (UNESCO, 1994).

De acordo com Cokely (1992), um desses apoios humanos é o intérprete de língua de sinais, o qual foi incorporado há vários anos no espaço educacional em vários países. O intérprete é o canal da ligação entre alunos e professores e ajuda o aluno surdo na compreensão dos conteúdos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro dos valores e sonhos da inclusão são encontradas escolas regulares despreparadas para receber alunos com deficiências, não conseguindo então extrair deste conceito – inclusão – os seus benefícios. Com relação às escolas regulares que recebem alunos surdos pode-se perceber que nem a escola, os professores, os alunos e os próprios alunos surdos foram preparados para esta vivência diária, o que acaba gerando alguns desgastes, que por muito esforço e desejo que dê certo acaba sendo ultrapassado por estes guerreiros.

A presença do intérprete diariamente no convívio com alunos e professores é comprovadamente o método mais correto de se trabalhar a inclusão nas escolas, pois o aluno surdo que é bilíngue tem um referencial de comunicação e o mesmo não se torna para o professor uma grande interrogação. Com o intérprete o aluno surdo tem como se expressar tirar suas dúvidas, tem como se comunicar com os colegas e os professores. O mais interessante é que seus colegas fazem questão de aprender alguns sinais da LIBRAS para poderem se comunicar com os surdos, gerando uma amizade e companheirismo até mesmo quando o intérprete não se faz presente.

Foi facilmente constatado que os professores de Educação Física ainda não estão preparados para a inserção destes alunos em suas aulas, não só pela falta de materiais e espaço adequado, mas também porque os mesmos não tiveram a preparação adequada para vivenciarem essa circunstância, outra constatação importante é que entre as escolas e especificamente as turmas pesquisadas nenhum professor de Educação Física era formado na área o que piora ainda mais a situação, pois além de não terem conhecimento sobre a disciplina lecionada e todas as suas especificidades não têm conhecimento necessário para trabalhar a inclusão em toda a sua complexidade.

REFERÊNCIAS

- AVIZ, C. C. **A criança portadora de necessidades educativas especiais e sua inclusão no ensino regular nas aulas de Educação Física.** Monografia de Especialização. Brasília: Faculdade de Educação Física / Universidade de Brasília, 1998.
- BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na educação dos surdos.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Número de alunos da educação especial em escolas exclusivamente especializadas e/ou em classes especiais do ensino regular e/ou educação de jovens e adultos por tipo de necessidade especial, segundo a região geográfica e a unidade da federação.** MEC/Inep/Deed, 2008.
- _____. Programa de Capacitação de Recursos humanos do Ensino Fundamental: **Língua Brasileira de Sinais.** Vol III. MEC/ SEESP, 1997.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos:** Resolução 196/96. Brasília: Centro de documentação, Informação e comunicação, 1996.
- CAPUTO, M. E.; FERREIRA, D. C. **Inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais na Educação Física escolar.** In: I Congresso Latino-Americano de Educação Motora. Anais..., p. 625. Foz do Iguaçu, 1998.
- COKELY, D. **Interpretation: a sociolinguistic model.** Sign Language Dissertation Series. Silver Spring, MD: Linstok Press, 1992.
- GLAT, R. **A integração dos excepcionais: realidade ou mito?** Mensagem da Apae, p.11-14, 1988.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GÓES, M. C. R. **Linguagem, Surdez e Educação.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.
- JÖNSSON, T. **Inclusive education.** Hyderabad: UN Interregional Programme for Disabled People, 1994.
- KELMAN, C. A. **Interações de alunos surdos com professores e colegas em espaço escolar inclusivo.** Brasília: Universidade de Brasília Instituto de Psicologia, 2005.
- LACERDA, C. B. F. **A escola inclusiva para surdos: refletindo sobre o intérprete de língua de sinais em sala de aula.** Roma: relatório científico de pós-doutorado apresentado à FAPESP, 2003.

- _____. **O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de alunos ouvintes.** In: LACERDA, C. B. F.; GÓES, M. C. R. (Org.). Surdez: processos educativos e subjetividade. p. 51-84. São Paulo: Lovise, 2000.
- LAPLANE, A. L. F. **Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar.** In: GÓES, M.C.R.; LAPLANE, A.L.F. (Org.). Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2004.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Política Públicas.** São Paulo, Cortez: 1996.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 6. ed., 1994a.
- NOGUEIRA, R. H. U. **Educação Física: um espaço facilitador na integração do aluno portador de deficiência em classes comuns.** Monografia de Especialização. Santa Maria: Centro de Educação / Universidade Federal de Santa Maria, 2000.
- NUÑEZ, B. **El niño sordo y su familia: aportes desde la psicología clínica.** Buenos Aires: Troquel, 1991.
- SCOTTI, A. R. Adaptação curricular na inclusão. **Integração.** Ano 9, nº 21, p. 19-20, 1999.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.
- THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física.** 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca, 1994.
- VANBOMMEL, C. M. E. A surdez: da gênese á educação inclusiva. **Revista Espaço da Sophia.** Outubro, 2010.
- VOLTERRA, V. **Linguaggio e sordità – parole e segni per l’ educazione dei sordi.** Firenze: La Nuova Itália, 1994.